



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL
DE
PAMPILHOSA DA SERRA

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 30/10/2017
(Contém folhas)

ATA Nº 23

Estiveram presentes os seguintes membros:

Presidente:	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
Vereador:	Jorge Alves Custódio	(PSD)
Vereador:	João dos Santos Alves	(PSD)
Vereador:	Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé	(PSD)
Vereador:	Carlos Manuel Nunes Alegre	(PSD)

Faltaram os seguintes membros:

Presidente:
Vereadores:



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO DE 30/10/2017

ATA Nº 23

----- Aos trinta dias do mês de outubro do ano dois mil e dezassete, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor José Alberto Pacheco Brito Dias, na qualidade de Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores Jorge Alves Custódio, Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé, Carlos Manuel Nunes Alegre e João dos Santos Alves. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnico. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver "quorum" para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

I - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1 - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA E DOS SENHORES VEREADORES

1.1.1 - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE

1.1.1.1 - Incêndios no Concelho de Pampilhosa da Serra - outubro 2017

----- O Senhor Presidente informou o restante Executivo acerca da visita do Senhor Primeiro Ministro, António Costa, e do Senhor Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, Pedro Marques, ao Concelho de Pampilhosa da Serra, no dia 29, na sequência dos trágicos incêndios ocorridos nos dias 15 e 16 de outubro, tendo havido um contacto direto com as populações atingidas bem como dos prejuízos sofridos. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 - CÂMARA MUNICIPAL

2.1.1 - Parque de Campismo Rural de Janeiro de Baixo, Edifício de Apoio de Praia e Polidesportivo - Informação de Despacho do Senhor Presidente

----- O Senhor Presidente informou o restante Executivo, do seguinte: -----

----- "DESPACHO: -----

----- José Alberto Pacheco Brito Dias, Presidente da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, no uso da competência prevista na al. g) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12/09, na sua atual redação em vigor, que me foi delegada pela Câmara Municipal, por deliberação tomada em 15 de outubro de 2013, profiro o presente Despacho o qual, tendo em conta o disposto no nº 2 do art. 3º da Lei nº 47/2005, de 29 de agosto, deverá ser sujeito a ratificação do novo executivo na primeira semana após a sua instalação, e tendo em conta que: -----

----- - O contrato de concessão de exploração do Parque de Campismo Rural de Janeiro de Baixo, Edifício de Apoio de Praia e Polidesportivo, celebrado em 09/08/2013, entre o Município de Pampilhosa da Serra, enquanto cedente e Nádia Filipa Ramos Alves, enquanto cessionária, foi denunciado pela então cessionária, tendo atingido o seu termo em 30 de setembro de 2017; -----

----- - Para cumprimento do disposto na Cláusula Décima Quarta do mencionado contrato que refere (sob a epígrafe "Restituição" que: -----

----- "1. No termo da cessão de exploração, ou em caso de extinção da mesma por qualquer causa ou modo previsto na Cláusula Quarta, reverterem gratuita e automaticamente para o Primeiro Contraente todos os bens e direitos que integram a cessão, limpos e livres de quaisquer ónus ou encargos, obrigando-se a segunda Contraente, dentro de um prazo razoável fixado pelo Primeiro, a entrega-los em bom estado de conservação e funcionamento, sem prejuízo do normal desgaste decorrente do seu uso. -----

----- 2. Em caso de perecimento ou danificação de quaisquer bens móveis ou imóveis, objeto da cessão, o Primeiro Contraente promoverá a realização dos trabalhos e aquisições que sejam necessários à reposição dos bens em questão, correndo os respetivos custos pela Segunda Contraente, podendo ser utilizado o valor da caução para os liquidar, no caso de não ocorrer pagamento voluntário e atempado dos montantes debitados pelo Primeiro Contraente (atendendo ao preço médio de mercado para aquisição ou reparação dos mesmos, à data do termo da cessão de exploração).", foi agendada e efetuada vistoria conjunta ao Bar da Praia e Parque de Campismo Rural de Janeiro de Baixo, ambos sítios no lugar e freguesia de Janeiro de Baixo, deste concelho de Pampilhosa da Serra, no pretérito dia 3 de outubro de 2017, pelas 10:30 h. Tal vistoria teve por objetivo verificar se as instalações afetas àqueles equipamentos se encontravam limpas, em condições de serem restituídas/rececionadas, conferir a existência, funcionamento e estado de conservação dos bens móveis/equipamentos/utensílios que constituem



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

patrimônio do Município de Pampilhosa da Serra, discriminados nos Anexos I e II do referido contrato, e rececionar as respectivas chaves: -----

----- E, efetivamente, no dia 3 de outubro de 2017, foi efetuada vistoria conjunta aos referidos locais, conforme Autos de Vistoria e Entrega de Estabelecimentos, que antecedem e dos quais tomei conhecimento, constando dos mesmos que: -----

----- . ambos os espaços se encontravam razoavelmente limpos e devolutos de bens pertencentes à ex-cessionária; -----

----- . os bens imóveis em si (no caso do Bar da Praia – estabelecimento comercial e instalações sanitários, no caso do Parque de Campismo – recepção, bungalows, instalações sanitárias, lavandaria e espaço exterior) encontravam-se em razoável estado de conservação, atendendo às deteriorações inerentes a uma normal utilização dos mesmos, apresentando, contudo, algumas falhas/incorrekções, devidamente discriminadas e identificadas, que importa reparar ou substituir, verificando-se, outrossim, a inexistência de alguns bens que importa substituir, também devidamente discriminados e identificados nos referidos Autos de Vistoria. -----

- Mais consta do auto de Vistoria e Entrega de Estabelecimento, referente ao Parque de Campismo que o reservatório da caldeira de aquecimento estava vazio, por não possuir gásleo. Não obstante, aquando do início da exploração do Parque de Campismo, o referido reservatório encontrava-se atestado, pelo que importa que a ex-cessionária ateste, a suas expensas, o citado reservatório conforme o recebeu. -----

- Pelos técnicos presentes e pela ex-cessionária foi ainda verificado que os contadores de água apresentavam um consumo de 5673 m³ (Parque de Campismo) e de 1909 m³ (Bar da Praia), devendo a ex-cessionária proceder à liquidação dos montantes correspondentes ao fornecimento de água e demais serviços associados, até àquela data. -----

- Por informação dos serviços encontra-se liquidado o preço da cessão de exploração respeitante ao mês de setembro de 2017. -----

----- Por tudo o exposto DETERMINO que a ex-cessionária seja imediatamente notificada para proceder à reparação e/ou substituição dos bens e equipamentos, propriedade do Município, e proceder à reposição dos bens em falta (todos discriminados e identificados nos Autos de Vistoria), bem como atestar o reservatório da caldeira de aquecimento do Parque de Campismo, no prazo de 10 dias úteis, contados da recepção da notificação, devendo para o efeito, previa e atempadamente, informar o Município das datas (dias úteis) em que pretende efetuar as reparações/substituições, para que um técnico do Município facilite o acesso ao “Bar da Praia” e ao Parque de Campismo. A esse propósito deverá também informar-se que, findo tal prazo, o Município promoverá a realização dos trabalhos e aquisições que sejam necessários à reposição e reparação dos bens em questão (discriminados e identificados nos Autos de Vistoria), correndo os respetivos custos pela ex-cessionária. Podendo, nessa sequência, ser utilizado o valor da caução para os liquidar, no caso de não ocorrer pagamento voluntário e atempado dos montantes debitados pelo Município. -----

----- Deverá, também, ser solicitada a liquidação das faturas 41920 e 41919, respeitantes ao fornecimento de água e demais serviços ao “Bar da Praia” e Parque de Campismo de Janeiro de



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

Baixo, conforme consumo verificado no local, remetendo-se as mesmas em anexo à notificação a enviar. " -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou por unanimidade ratificar.

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3 - DIVISÃO FINANCEIRA

3.1 - SECÇÃO FINANCEIRA

3.1.1 - Resumo Diário de Tesouraria

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria respeitante ao dia 26 de outubro de 2017, que apresenta os seguintes valores / total de disponibilidades: -----

----- De operações orçamentais: 1.919.165,84 € (um milhão novecientos e dezanove mil cento e sessenta e cinco euros e oitenta e quatro centimos); -----

----- De operações não orçamentais: 207.830,74 € (duzentos e sete mil oitocentos e trinta euros e setenta e quatro centimos), num total de 2.137.132,31 € (dois milhões cento e trinta e sete mil cento e trinta e dois euros e trinta e um centimos).-----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.1.2 - Redenominação de conta da Caixa Geral de Depósitos

- PT 50003505820001086073042

----- Em reunião de Câmara realizada no dia 31 de julho do corrente ano, foi deliberado abrir uma conta bancária para poderem ser recebidos donativos de particulares e de outras entidades, referentes aos incêndios ocorridos no mês de junho p.p.. -----

----- A abertura desta conta deveu-se ao facto de o Município de Pampilhosa da Serra não integrar o universo dos Concelhos que foram abrangidos pelo fundo REVITA. -----

----- Por lapso, foi aberta na Caixa Geral de Depósitos uma conta de Operações de Tesouraria, cujo título se designou "Município de Pampilhosa da Serra POVT". -----

----- Porque o título desta conta não traduz a finalidade para que foi aberta, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, o seguinte: -----

----- A conta acima identificada deve ser alterada e passará a ser designada por "Município de Pampilhosa da Serra - INCÊNDIOS 2017". -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

4 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA

5 - DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

6 - DIVISÃO TÉCNICA DE OBRAS E URBANISMO

6.1 - OBRAS PÚBLICAS

6.1.1 - Liberação de caução_Receção definitiva

- EMPREITADA. Execução de Medidas de Eficiência Energética_Reguladores de Fluxo

ADJUDICATÁRIO: Barata & Marcelino, Engenharia Energética, S.A.

Concurso nº 132011

----- Foi presente uma Informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- “Em 12/10/2017 foi efetuada vistoria os trabalhos abrangidos pela empreitada em epígrafe.

----- Conforme consta do auto de vistoria anexo, não foram detetadas quaisquer anomalias pelo que os trabalhos poderão ser rececionados definitivamente. -----

----- Para cumprimento do contrato inicial foi prestada a garantia bancária nº N00377237 emitida em 26/06/2012 pelo Banco Espírito Santo, S.A no valor de 14.231,31 €. -----

----- Nestes termos e tendo em consideração o atrás referido, entende-se que estão reunidas as condições necessárias para homologação do auto de receção definitiva anexo e libertada a garantia bancária nº N00377237 emitida em 26/06/2012 pelo Banco Espírito Santo, S.A no valor de 14.231,31 €. -----

----- À consideração superior.”-----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

7 - DIVISÃO SOCIOCULTURAL E EDUCATIVA

7.1.1 - Sessões de Terapia da Fala - ano Letivo 2017/2018

----- Foi presente uma Informação da Divisão Sociocultural e Educativa, do seguinte teor: -----

----- “ Foi presente uma carta da Terapeuta da Fala, Drª Diana Costa, a solicitar a colaboração



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

do Município, à semelhança do ano letivo anterior, na cedência de instalações para prestar apoio especializado, a nível particular, às crianças do Concelho de Pampilhosa da Serra com necessidades ao nível da Terapia da Fala, durante o ano letivo 2017/2018. -----

----- A proposta de calendário das sessões apresentada é de uma vez por semana, aos sábados, entre as 10h e as 18h, sem prejuízo para qualquer atividade do Município no referido dia. -----

----- Tendo em conta que estas sessões se têm revelado de extrema importância para as crianças do Concelho com dificuldades ao nível desta terapia e atendendo a que o Espaço Internet está aberto no período pretendido, possibilitando o acesso à Biblioteca Municipal, coloca-se a decisão à consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

7.2 - AÇÃO SOCIAL

7.2.1 - Reavaliação de Ação Social Escolar

----- Foi presente uma Informação do Gabinete de Ação Social, do seguinte teor: -----

----- " No seguimento do pedido de reavaliação do processo de ação social escolar do aluno Martim Barata Dias, e tendo em conta a entrega de novos documentos válidos apresentados pelo agregado, propõe-se que o aluno passe do escalão de indeferimento para os 50%. -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

7.2.2 - Novos Processos de Ação Social Escolar

----- Foi presente uma Informação do Gabinete de Ação Social, do seguinte teor: -----

----- " No seguimento da apresentação de três novos pedidos de apoio de ação social escolar - Alimentação, e após análise dos documentos apresentados, propõe-se o seguinte: -----

Nome Educando	Encarregado de Educação	Morada	Proposta
Íris Pixi Kush Carlyon	Elisabeth Warner	Trinhão	Isenção
Letízia Alexandra Amaral Pereira	Paula Alexandra Ferreira Amaral Pereira	Póvoa	Isenção



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

Ema Sofia Augusto Ferreira	Arlindo Manuel Gomes Ferreira	Póvoa	Isenção
-------------------------------	----------------------------------	-------	---------

----- À consideração superior.” -----

----- Face ao exposto de depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

7.3 – EDUCAÇÃO

7.3.1 – Tabela de Comparticipações – Atividades de Animação e de Apoio à Família – AAAF

----- Foi presente uma Informação dos Serviços de Educação, do seguinte teor: -----

----- “ De acordo com o n.º 3, do artigo 6º do Regulamento de Atividades de Animação e de apoio à Família – AAAF, aprovado e publicado em Diário da República nº 184 de 22 de setembro de 2017, coloca-se à apreciação e aprovação superior a tabela de comparticipações das Atividades de Animação e de Apoio à Família – AAAF, para o ano letivo de 2017/2018.” -----

TABELA DE COMPARTICIAÇÃO DOS ENCARGADOS DE EDUCAÇÃO

Prolongamento/Horário

Escalões	Percentagem - (RMN - 557.00€)		Percentagem/Considerar	Prolongamento	
	Mínimo	Máximo		Mínimo	Máximo
1º	0,00 €	175.00 €		10,00 €	10.00 €
2º	175.01 €	209,61 €	6%	10.50 €	12,57 €
3º	209,62 €	239,45 €	7%	14,67 €	16,76 €
4º	239,46 €	419,22 €	8%	19,15 €	33,53 €
5º	419,23 €	628,83 €	9%	37,73 €	56,59 €
6º	628,84 €		11%	69,17 €	



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

Alimentação

Escalões	Comparticipação Familiar	
	Percentagem	Valor
1º	Isenção	0,00 €
2º	50%	0,73 €
3º	80%	1,17 €
4º	100%	1,46 €

---- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

---- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

7.3.2 - Atribuição de Plafonds para Sala de Aula do 1º CEB - Ano Letivo 2017/2018

---- Foi presente uma Informação dos Serviços de Educação, do seguinte teor: -----

---- “ Vimos, pela presente, propor a V.Ex^a a continuidade do apoio municipal concedido anualmente a todas as salas de aula do 1º CEB do Agrupamento de Escolas Escalada, Pampilhosa da Serra, para material pedagógico e de desgaste. -----

---- Face ao exposto, propõe-se que os plafonds a atribuir no ano letivo de 2017/2018 se mantenham os mesmos do ano letivo anterior. -----

---- Assim: -----

---- - Escola Básica D. Eurico Dias Nogueira, Dornelas do Zêzere - 150,00 € por sala de aula, estando a funcionar duas salas de aula, o que perfaz um total de 300,00 €; -----

---- - Escola Básica e Secundária Escalada, Pampilhosa da Serra 300,00 € por sala de aula, estando a funcionar quatro salas de aula, o que perfaz um total de 1.200,00 €. -----

---- À consideração superior.” -----

---- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

---- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

7.3.3 - Proposta de Abertura de Candidatura às Bolsas de Estudo do Ensino Superior - Ano Letivo 2017/2018



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente uma Informação dos Serviços de Educação, do seguinte teor: -----

----- “ Na continuação dos vários apoios que o Município de Pampilhosa da Serra tem dado a todos os alunos do concelho, incluindo os que ingressam no Ensino Superior, e no âmbito do Regulamento Municipal para Atribuição de Bolsas de Estudo, publicado em Diário da República 2ª Série, nº 238, de 10 de dezembro de 2008, propõe-se que o período de candidatura às referidas Bolsas se realize entre os dias 02 e 30 de novembro de 2017. -----

----- Tendo em conta o ponto 1 do artigo 8º do referido Regulamento, propõe-se ainda que, no seguimento da apresentação de candidaturas à Bolsa de Estudo do Ensino Superior, a Comissão de Análise seja constituída pelos técnicos do Município: Cristina Paula Ventura Antunes, Maria Amélia Vaz Lopes, Cláudia Margarida Batista de Almeida e Verónica Ferreira Marques, suplente.

----- À consideração superior.” -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

III - PERÍODO ABERTO AO PÚBLICO

----- A Câmara Municipal, concedeu uma hora de período aberto ao público, de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Esgotado que foi o tempo e não tendo aparecido nenhum munícipe, o Sr. Presidente deu por terminado o período aberto ao público. -----

ENCERRAMENTO

----- Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, quando eram onze horas e trinta minutos, pelo que de tudo e para constar se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada por unanimidade, foi assinada pelo Sr. Presidente, José Alberto Pacheco Brito Dias e por mim, Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica que a redigi e subscrevi. -----




